

## 2

### A Pragmática em geral

*"Nada pode ser e não ser ao mesmo tempo e no mesmo sentido" Aristóteles*

#### 2.1

##### Breves Considerações sobre as teorias da linguagem

Tradicionalmente o estudo da linguagem fundamenta-se na trilogia: semântica, sintaxe e pragmática. A origem desta tripartição é o texto “Fundamentos de uma teoria dos signos” (1938) do filósofo Charles Morris. Morris, influenciado por Charles Peirce, tratou a semântica, a sintaxe e a pragmática, como ramos da semiótica ou semântica formal, sendo que o alemão Rudolf Carnap aprimorou a distinção entre estes ramos da semiótica como áreas do estudo da linguagem (Marcondes, 2005, p.7).

É de Carnap (1942) a seguinte assertiva:

Se em uma investigação é feita referência explícita ao locutor, ou, em termos mais gerais, aos utilizadores da língua, então tal investigação pertence ao campo da pragmática (se neste caso é feita referência também aos significados ou não, não faz nenhuma diferença para esta classificação). Se fazemos abstração do utilizador da língua e analisamos somente as expressões e seus significados, estamos no campo da semântica. E se, finalmente, fazemos abstração também dos significados e analisamos apenas as relações entre as expressões, estamos no campo da sintaxe (lógica). (Carnap *apud* Dascal, 2006, p. 28)

Antes de tratar da pragmática, foco deste estudo, indispensáveis algumas considerações acerca das teorias formuladas para a compreensão do significado que, anteriores à pragmática, foram campo fértil de discussões e, ainda hoje, são defendidas, especialmente pelos lingüistas.

Senão por curiosidade, todos estão, em algum momento, atentos ao funcionamento do agrupamento de letras que formam palavras; de palavras, que

formam frases; de frases que dizem o que fazer e o que não fazer. Atenção também é dispensada ao falar, ao ouvir, ao ler e de maneira mais geral, às formas de comunicação que se estabelecem, de modo compreensível ou não, entre os seres humanos.<sup>1</sup>

Segundo Geitman, Reisberg e Gross (2007, p. 346 e ss.) as menores unidades lingüísticas que carregam significados são denominadas morfemas, sendo a palavra um agrupamento organizado de morfemas. Mais adiante continua: uma locução é um agrupamento organizado de palavras (“o”, “preto” e “gato” se combinam para produzir a locução “o gato preto”) e uma sentença é um agrupamento organizado de locuções (“o gato preto fugiu”).

Pode-se pensar que a distinção entre sentenças gramaticais ou não gramaticais é apenas questão de significado – independente de a combinação de palavras ou locuções ter produzido uma idéia ou pensamento coerente ou não. Mas esse não é o caso. Certas não sentenças têm significado (“mim Tarzan; você Jane”). E muitas sentenças gramaticais são impossíveis de interpretar (“Idéias verdes incolores dormem furiosamente”).

(...)

A conformidade com algum sistema de regras, em vez de falta de sentido, parece estar por trás da noção de gramaticalidade – regularidades de formação como as regras da aritmética ou do xadrez. (Geitman, Reisberg e Gross, 2007, p. 348)

Chomsky *apud* Geitman, Reisberg e Gross (2007) diz que para dizer coisas novas juntamos as palavras em novas sentenças, mas devemos fazê-lo de

---

<sup>1</sup> Dascal (2006, p.5) introduz logo no início de sua obra o fascínio exercido sobre os seres humanos pela complexidade do processo interpretativo: Desde que foi separada de seus primos na árvore evolucionária, a nossa espécie busca pelo significado. A criança se maravilha ao reconhecer – por trás do mero estímulo - um rosto familiar; o adolescente padece em sua busca de um padrão capaz de definir sua auto-identidade; o adulto está sempre buscando o sentido de sua vida; e, na velhice, tenta-se compreender a morte desesperadamente. Ao longo destes esforços, temos a sorte (se nos compararmos a outros animais) de poder compartilhar a experiência articulada de nossos semelhantes por meio de formas de comunicação sofisticadas. No entanto, infelizmente, logo aprendemos que os nossos meios de comunicação, por mais que possam transmitir significado e promover compreensão, também podem ocultar o significado e promover a incompreensão. Isso acontece porque jamais podemos ter certeza de que um sorriso indica satisfação, que um “sim” representa consentimento ou que uma afirmação revela a opinião de quem a proferiu. Para averiguar qual o significado de tais exemplos de comportamento comunicativo, temos de nos submeter a elaboração de um processo de interpretação, considerando não apenas esta fração de comportamento, mas praticamente tudo que sabemos sobre uma determinada pessoa, sobre a situação exata na qual o comportamento tem lugar, sobre as normas sociais que regulam determinadas formas de comportamento – em suma, praticamente sobre o “mundo” inteiro que compartilhamos com o nosso interlocutor. Perante esta complexidade deste processo interpretativo, é quase um milagre que possamos nos compreender uns aos outros mais do que sermos incompreendidos.

forma sistemática, ou nossos ouvintes não conseguirão decifrar as novas combinações.

Esta necessidade de sistematização apontada por Chomsky como imprescindível para a compreensão do ouvinte quanto ao conteúdo transmitido pelo falante é exemplificado por Pinker (2008, p. 29), ao reproduzir uma “tira” de Calvin e Hobbes que retrata Calvin diante da seguinte proposição: “Explique a primeira lei de Movimento de Newton com suas próprias palavras”. Após refletir, ele escreve: “Yakkq foob mog. Gring pubbqwup zink wattomgazork. Chumble spuzz”. Pode-se dizer que, para o ouvinte, o significado literal é absolutamente nada, pois, como o questionamento deixara Calvin livre para usar “suas palavras”, ele usou. Contudo, sob outro ângulo, pode-se argumentar que, embora literalmente sem sentido no idioma de origem e, conseqüentemente, para a compreensão por outras pessoas, Calvin comunicou algo com suas palavras, certamente algo como: “eu não entendo a primeira lei de Movimento de Newton!”. Calvin finaliza com “Adoro brechas!”. Eis um dos problemas da linguagem: a insuficiência da semântica para a compreensão do significado.



Calvin and Hobbes, 1995 Watterson. Dist. Por Universal Press Syndicate.

Na lingüística, várias teorias buscam explicar como a linguagem transmite o significado. Segundo a “Teoria da definição do significado das palavras” o significado pleno de cada palavra é um conjunto de características essenciais para participar da classe que a palavra representa. Assim, “solteirão” é composto do conjunto de características necessárias para ser um “solteirão” {solteiro}, {humano}, {adulto} e {homem}. Logo, se um homem adulto é casado, não pode ser um solteirão. No entanto, se ele é grego ou inglês não afeta o seu estado de “solteirão”, pois segundo esta teoria as características semânticas constituem a definição necessária e suficiente de cada palavra (Geitman, Reisberg e Gross, 2007, p. 350).

Por outro lado, a “Teoria do Protótipo do Significado” aponta os problemas relacionados à “Teoria da definição” para formular-se. Um primeiro problema apontado indica que salvo algumas palavras, é demasiado difícil chegar a definições que cubram todos os usos da palavra. É o que acontece quando se tenta definir como característica semântica da palavra “ave” o fato de que as aves são cobertas penas. No entanto, aves recém-nascidas e aves depenadas não têm penas, mas ainda assim são aves. As emas possuem pouca pena e, também assim, são aves. Outro problema decorre do fato de que certos membros de uma categoria de significado parecem exemplificar aquela categoria mais do que outros. Um pastor alemão parece ser um cão mais típico do que um pequinês, e uma poltrona parece ser um exemplo melhor do conceito de mobília do que uma lâmpada de leitura. Isso contraria a idéia de suficiência e essencialidade das características semânticas para a transmissão do significado. Ou se é cão ou não. Como pode um cão ser mais cão que outro (Geitman, Reisberg e Gross, 2007, p. 351)?

Levando em conta a dificuldade em se encontrar características que suficientemente definam o significado das palavras, a “Teoria do protótipo” entende que o significado de muitas palavras ainda é descrito como um conjunto de características, mas não um conjunto necessário e suficiente e sim considerando uma estrutura de semelhança familiar (Wittgenstein, 2008, p.53).

Wittgenstein, em suas Investigações Filosóficas (1953) sugeria que não se devia buscar os significados de uma palavra e sim, os usos destas palavras, que são incontáveis. Para o filósofo, a partir dos usos possíveis de uma palavra, encontrar-se-ão semelhanças que definirão seu sentido. Partindo do exemplo do que é um “jogo”, Wittgenstein demonstra que o significado decorre de semelhanças encontradas nos diferentes usos do que chamamos “jogos” e não em traços comuns como indica a “Teoria do Significado”.

Considere, por exemplo, os processos que chamamos “jogos”. Refiro-me a jogos de tabuleiro, jogos de cartas, jogos de bola, jogos de luta, etc. Que há em comum a todos eles? Não diga: Deve haver algo comum a eles ou não os chamaremos de jogos. Observe se há algo comum a todos eles. Pois se olhar para eles, não verá nada que seja comum a todos, mas perceberá semelhanças, parentescos e, naturalmente, toda uma série de elos. Como foi dito: Não pense, mas sim olhe! [...]. E o resultado deste exame é o seguinte: vemos uma complicada rede de

semelhanças que se superpõem e entrecruzam. Semelhantes em grande escala e nos detalhes. (§66) (Wittgenstein, 2008, p. 51)

Importante destacar que embora Wittgenstein não tenha tratado da “Teoria do Protótipo”, desenvolvida apenas posteriormente, o fato é que o conceito de “semelhança familiar” formulado pelo filósofo já demonstrava a certeza da inadequação do uso de categorias semânticas, tidas como homogêneas. Embora algumas palavras pudessem ser categorizadas e, a partir de então, caracterizadas, era inevitável reconhecer que “a enorme diversidade de casos específicos dentro das categorias” (Geitman, Reisberg e Gross, 2007, p. 351) as tornavam difícil de definir. Esta dificuldade de definição contrariava a idéia de conseguir-se especificar os atributos necessários e suficientes que definem um conceito. Por isso, a utilização do conceito de “semelhança familiar”, que embora buscasse um conjunto de características para a compreensão do significado, não exigia que este conjunto fosse suficiente e necessário, serviu de base para o estudo do significado atrelado a protótipos.

Assim, tornou-se possível entender o motivo de um pastor alemão ser um exemplo de cão mais típico do que um pequinês, pois, certamente o pastor alemão é um “exemplo melhor” de cão, é mais prototípico, isso porque um falante ao mencionar “cão”, tem o pastor alemão como modelo mais representativo da categoria “cão” do que o pequinês, o que não retira o pequinês da categoria, apenas o afasta do modelo representativo.

Segundo Geitman, Reisberg e Gross (2007, p. 352) a “Teoria do Protótipo do Significado”, não rejeita a “Teoria da Definição do Significado”, ao contrário, elas são complementares:

A visão do protótipo nos ajuda a entender por que os sabiás são considerados mais típicos que as avestruzes. Porém a teoria da definição explica por que uma avestruz, ainda assim, é reconhecida como ave.

(...)

Talvez possamos combinar ambas as visões do significado em vez de optarmos entre elas. (Geitman, Reisberg e Gross, 2007, p. 352)

Embora as teorias expostas tratem do “significado da palavra”, não apenas das palavras deve ser questionado o significado, também as sentenças devem ser precisadas. Assim, duas sentenças podem ser elaboradas com as mesmas palavras

e terem significados diferentes. Geitman, Reisberg e Gross (2007, p. 353) exemplificam com a utilização da seguinte assertiva “A girafa mordeu a zebra” e “A zebra mordeu a girafa”. Embora as palavras sejam as mesmas, o significado é diverso, isso porque a posição das palavras na sentença possui um papel semântico, dentro de uma estrutura semântica.

O clássico “Alice no país das maravilhas”, escrito por Lewis Carrol, é obra conhecida por seu caráter *nonsense*, sendo repleta de trocadilhos e jogos lingüísticos. Um desses jogos representa claramente a importância da posição das palavras numa estrutura semântica para a compreensão do seu significado.

Lebre de março: ‘ Você deve dizer o que quer dizer.’

Alice: ‘Eu digo – pelo menos eu penso o que digo – é a mesma coisa, não é?’

Chapeleiro: ‘Não é a mesma coisa! Porque então você poderia dizer que ‘verei o que comer’ é a mesma coisa que ‘comerei o que vir’!

Você poderia dizer, acrescentou o Caxinguelê, que parecia estar falando no meio do sono, que “respiro quando durmo” é a mesma coisa que “durmo quando respiro”! (Carrol, 2002, p. 68).

Inquestionável, portanto é o papel da linguagem, contudo, várias são as concepções que buscam explicar como a linguagem transmite significado. Para a concepção da linguagem como um instrumento de comunicação (O’Connor e Seymour, 1995, p. 102), as palavras significam aquilo que as pessoas convencionam que elas signifiquem, em oposição à concepção da linguagem como expressão do pensamento (como atividade mental). Existe ainda a concepção da linguagem como forma de interação social (como atividade social), que não se tratará aqui. Sobre a visão da linguagem como convenção entre as pessoas e como expressão do pensamento, tratar-se-á logo adiante.

## 2.2

### **Significado convencional e significado natural no Crátilo, de Platão**

O significado convencional das palavras é tema que preocupou a filosofia desde os tempos de Platão. Afinal, aceitar que a linguagem decorre de regras

convencionais é dar à linguagem um caráter de arbitrariedade e dar ao conhecimento a instabilidade.

No diálogo Crátilo, elaborado por volta de 388 AC, que tem como subtítulo “Sobre a correção dos nomes”, o centro do problema é a relação linguagem-realidade. Neste diálogo, Sócrates discute com Hermógenes e Crátilo a respeito da origem dos nomes. Se para o primeiro, o nome é o resultado de uma convenção, para Crátilo, os nomes correspondem à natureza das coisas que designam.

Diz Hermógenes: “Este nosso Crátilo, Sócrates, opina que existe, naturalmente, uma designação justa para cada um dos seres; e que o seu nome não é aquele por que alguns convencionalmente os designam, servindo-se de uma parcela de sua linguagem; ao contrário, segundo ele, existe naturalmente, tanto para Gregos como para Bárbaros, uma justeza de designação idêntica pra todos.” (Platão, 1988, p. 119)

Segundo Marcondes (1986, p. 77) o Crátilo confronta duas propostas de tratamento da relação entre “nome” e “coisa”, como tentativa de solucionar o problema da designação de uma coisa por meio de um nome, ou seja, a indicação de uma coisa através de outra. Para o Autor, que vê o Crátilo como antecedente das questões da filosofia da linguagem, o conceito de linguagem só ocorrerá com a filosofia contemporânea, mais precisamente com a Filosofia Analítica.

O problema é saber se o nome pode ser considerado verdadeiro ou falso ou se a verdade e falsidade são apenas características do discurso. Na elaboração da teoria dos nomes como sinais naturais proposta por Crátilo, a explicação fundamental é que os nomes imitam a natureza das coisas. (Marcondes, 1986, p.79). Entretanto, Sócrates observa que para nomear é necessário imitar a natureza da coisa, não apenas a sua aparência superficial, no entanto a imitação será sempre parcial, pois não será capaz de reproduzir todas as particularidades da coisa imitada (Platão, 1988, p. 183). O texto termina com a seguinte aporia:

“Nem mesmo é razoável afirmar, Crátilo, a possibilidade do conhecimento se todas as coisas se transformam e nada permanece fixo. Se a própria idéia do conhecimento se modificar, terá de transformar-se numa idéia diferente do conhecimento, e então não haverá conhecimento. Mas se subsiste a pessoa que conhece e bem assim o objeto do conhecimento, como também, o belo, o bem e todas as demais coisas, não me parece que tudo a que há pouco nos referimos tenha qualquer semelhança com o fluxo ou com o movimento. Se as coisas se

passam realmente, desse modo ou da maneira defendida pelos sectários de Heráclito e muitos outros, não é fácil decidir, nem se disporia nenhum homem de senso a entregar-se a si mesmo e a sua alma à tutela das palavras, nem confiaria nelas e nos instituidores de nomes, a ponto de asseverar que sabe alguma coisa e forma juízo desfavorável a respeito de si mesmo e de tudo o mais, como afirmar que nada é são, mas que tudo rola como vaso de barro... É possível Crátilo, que tudo, realmente, seja assim; é possível também que não. (Platão, 1988, p. 193)

Segundo Marcondes (1986, p.83), a conclusão de que a “linguagem” em nada contribui para o conhecimento do real, leva Platão a relegar a linguagem a um plano secundário:

Do ponto de vista naturalista, para sabermos se os nomes são corretos ou não, é necessário conhecer previamente a realidade das coisas das quais são nomes. Os nomes, portanto, não contribuem diretamente para o conhecimento do real, mas ao contrário, o pressupõem.

(...)

Do ponto de vista convencionalista, se a relação entre palavra e coisa é apenas convencional, então em nada a palavra contribui para o conhecimento da coisa, representando-a de maneira apenas simbólica. (Marcondes, 1986, p.83)

Esta visão platônica de que para conhecer as coisas, deve-se recorrer às idéias e não aos seus nomes e assim, que a linguagem não é meio de conhecimento, vez que não retrata o real, influenciou a filosofia durante muitos séculos, incentivando diversos teóricos a questioná-la, como se demonstrará adiante.

## 2.3

### Os “dois” Wittgenstein

Em 1921, foi publicada a obra *Tractatus Lógico Philosophicus*, de Wittgenstein, que tratava do logicismo, através de proposições analíticas e empíricas e o tratamento semântico da língua. Nesta obra, Wittgenstein entendia que a regra possuía uma estrutura lógica e ontológica. Como ele afirma “o mundo consiste de fatos”. Para o Autor “o mundo é a totalidade de fatos e não de coisas”, sendo que fatos são as afirmações verdadeiras sobre as coisas, é o que é perceptível a nós. A “rosa” é uma coisa, “a rosa é vermelha” é um fato. O



“mundo” como se conhece é simplesmente a reunião de fatos conhecidos e não de coisas distintas daquilo que podemos dizer sobre elas. A relação entre a linguagem e a realidade se dá pela lógica e não pela epistemologia e psicologia (Marcondes, 1994, p.220). Deve a filosofia revelar a forma lógica autêntica da linguagem, impedindo, por conseqüência, sua má-compreensão. Assim, Wittgenstein restringiu a filosofia da linguagem aos fatos, tese conhecida como “isomorfismo” entre linguagem e real. Para o filósofo, a forma lógica da linguagem corresponde à forma lógica do mundo. As proposições lingüísticas devem ser imagens de fatos e elas serão verdadeiras ou falsas conforme correspondam ou não ao real<sup>2</sup>.

A necessidade de fundamentação das ciências na lógica formal, buscava também para a linguagem um caráter universal e objetivo, dando à filosofia a tarefa de realizar uma análise da linguagem que revelasse sua verdadeira forma e como ela se relacionava com o real (Marcondes, 1994, p. 221).

Apenas com a publicação póstuma de *Investigações Filosóficas*, em que Wittgenstein<sup>3</sup>, no prefácio, esclarece que “desde que comecei, pois, há dezesseis anos, a me ocupar novamente com a filosofia, tive que reconhecer os graves erros naquilo que eu expusera naquele primeiro livro” é que é introduzido o conceito basilar de sua obra: “jogos de linguagem”. Assim, dá início ao que se pode considerar uma concepção pragmática (Marcondes, 2005, p.12). Nesta obra o Autor abandona a tese do isomorfismo entre a linguagem e o real, expondo que a linguagem não depende do que ela se refere e sim de como ela é usada a partir dos “jogos” que existem e das regras para estes jogos.

A expressão “jogo de linguagem” deve salientar aqui que falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida. Tenha presente a variedade de jogos de linguagem nos seguintes exemplos, e em outros: Ordenar, e agir segundo as ordens –

Descrever um objeto pela aparência ou pelas suas medidas –

Produzir um objeto de acordo com uma descrição (desenho) –

Relatar um acontecimento –

Levantar uma hipótese e examina-la (...) (Wittgenstein, 2008, p. 27)

<sup>2</sup> A proposição como imagem (*picture*) de um fato é chamada por Wittgenstein de “teoria pictórica do significado” (2.1-2.225)

<sup>3</sup> Importante destacar que Wittgenstein foi bastante influenciado por Frege, de quem fora contemporâneo. Frege na sua busca pela explicação da compreensão do sentido de um enunciado e do pensamento expressado pelo falante, menciona a importância das circunstâncias dadas pelo contexto para entender a “expressão de um pensamento”, embora tenha concluído que a compreensão é “o mais misterioso de todos os processos” (Frege *apud* Penco, 2006, p.132). Deixa assim, Frege, subjetiva esta parte de sua teoria, a que Wittgenstein opõe-se brutalmente.

Os jogos de linguagem são assim, um complexo de linguagem e ação (§23) e é apenas no contexto de um jogo de linguagem que o significado de uma palavra será compreendido (§43). Eis o “slogan” wittgensteiniano: “o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem”.

Wittgenstein abandona junto com o isomorfismo entre linguagem e real, o mentalismo (visão agostiniana de linguagem – o significado como processo mental - presente no *Tractatus Lógico Philosophicus*) para explicar o significado, conforme se infere da seguinte passagem (§154):

Tente uma vez não pensar na compreensão como ‘processo psíquico’! – É que este é o modo de falar que o confunde. Mas pergunte-se: em que caso, em que circunstâncias, dizemos “agora sei continuar”? quero dizer, quando a fórmula me ocorreu. – No sentido em que há para a compreensão processos característicos (também processos psíquicos), a compreensão não é um processo psíquico. (Diminuir e aumentar uma sensação de dor, ouvir uma melodia, ouvir uma frase: processos psíquicos.) (Wittgenstein, 2005, p.88)

A compreensão do significado é um problema para Wittgenstein que rejeita a idéia do entendimento como um misterioso processo mental. Para ele, “compreender um enunciado é compreender uma linguagem e compreender uma linguagem é dominar uma técnica” (§199) (Wittgenstein, 2008, p.113). Embora seu pensamento seja fragmentário e assistemático, Wittgenstein se preocupa com a objetividade da explicação quanto à compreensão do significado. A contextualização da linguagem a fim de extrair o seu significado e assim garantir a compreensão numa cadeia comunicativa e a ação decorrente da proposição lingüística ganhou o nome, já mencionado, de “jogos de linguagem”, a que Wittgenstein compara ao jogo de xadrez, assim como a suas regras.

Pois dizemos que não há nenhuma dúvida de que compreendemos esta palavra, mas, por outro lado, que sua significação reside no seu emprego. Não há dúvida de que agora quero jogar xadrez; mas o jogo de xadrez é este jogo devido a todas as suas regras (...) Onde é feita a ligação entre o sentido das palavras 'joguemos uma partida de xadrez!' e todas as regras do jogo? Ora, nas instruções do jogo, na lição de xadrez, na prática diária do jogo. (§197)

O que chamamos 'seguir uma regra' é algo que apenas uma pessoa pudesse fazer apenas uma vez na vida? E isto é, naturalmente, uma anotação sobre a gramática da expressão 'seguir a regra' (...) Compreender uma frase significa compreender uma linguagem. Compreender uma linguagem significa dominar uma técnica. (§199)

Wittgenstein (2008) diz existirem inúmeros jogos de linguagem, não tendo como unificar a linguagem numa única estrutura lógica, já que o que chama de linguagem é algo vivo e dinâmico, desenvolve-se em vários contextos, de acordo com as várias formas de vida. O filósofo esclarece que embora não se possa definir um jogo de linguagem e a própria linguagem, pois a linguagem não tem uma essência definidora, é possível compreendê-los e explicá-los a partir das descrições de seu uso. Descrevendo-se o uso ficam esclarecidos os conceitos.

Aqui nos deparamos com a grande questão que está por trás de todas estas considerações. – É que alguém poderia retorquir: “Você facilita muito a coisa! Você fala de todos os jogos de linguagem possíveis, mas não disse, em nenhum lugar, o que é a essência do jogo de linguagem e, portanto, da linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna uma linguagem ou peças da linguagem. Você se dá de presente, portanto, exatamente a parte da investigação que, a seu tempo, lhe deu as maiores dores de cabeça, a saber: a parte que diz respeito à forma geral da proposição e da linguagem.”

E isto é verdadeiro. – Ao invés de indicar algo que seja comum a tudo o que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa sequer que seja comum a estas manifestações, motivo pelo qual empregamos a mesma palavra para todas. (§65) (Wittgenstein, 2008, p. 51)

Com o esclarecimento acima, Wittgenstein insere o conceito de “semelhança de família” para explicar a semelhança entre os diferentes jogos, conceito este tratado no item 1.1 como base da “Teoria do Protótipo do Significado”.

Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que com a expressão “semelhanças de família”; pois assim se envolvem e se cruzam as diferentes semelhanças que existem entre os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, o andar, o temperamento, etc., etc. - E digo: os “jogos” formam uma família (§ 67) (Wittgenstein, 2008, p.52)

Como explicaríamos para alguém o que é um jogo? Creio que descrevendo jogos, e poderíamos acrescentar à descrição: “isto e coisas semelhantes são chamados ‘jogos’”. E sabemos, nós próprios, mais do que isto? (§69) (Wittgenstein, 2008, p.53)

Penco (2006, p. 147) propõe um simples esquema gráfico para demonstrar as “semelhanças de família”:

:-)            ;-)            ;|            ;|

Na figura, entre o primeiro membro e o último membro não há nenhuma característica comum, mas existem transições e membros intermediários que se apresentam de tal modo que dois membros próximos da série de figuras tenham sempre algo em comum (Penco, 2006, p.147).

Assim, Wittgenstein, ao tratar de como se poderia definir os “jogos de linguagem”, propõe que para definir é imprescindível uma atividade de descrição dos diversos jogos, já que estes são um complexo de linguagem e ação (§23), sendo necessária ainda a consideração do contexto do jogo para a compreensão do seu significado. Salaria também que são jogos os que possuem semelhanças com os já descritos, em razão de seu conceito de “semelhança familiar”.

## 2.4

### A pragmática em geral

A pragmática, como se conhece hoje, começou com a ‘Teoria dos Atos de Fala’ desenvolvida por John Langshaw Austin. Diferente do que pode se pensar, Austin construiu sua teoria a partir de ferrenha crítica a Wittgenstein que, através de seus adeptos, anunciava que “o significado é o seu uso” (Austin, 1990, p.89). Para Austin, filósofo de Oxford, era inaceitável a tese de Wittgenstein, oriundo de Cambridge, da impossibilidade de classificar e sistematizar o uso da linguagem.<sup>4</sup> Para Austin, era necessária e possível uma definição sistemática dos usos lingüísticos que, certamente, não se restringem à descrições ou à declarações de um fato.

Por mais tempo que o necessário, os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração era tão-somente o de descrever um estado de coisas, ou declarar um fato, o que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso. Os gramáticos, na realidade, indicaram com frequência que nem todas as sentenças são (usadas para fazer) declarações, há tradicionalmente, além das declarações (dos gramáticos),

---

<sup>4</sup> Se os entomólogos conseguem classificar milhares de espécies de borboletas, por que não podemos classificar os usos lingüísticos ao invés de logo declarar que existem infinitos usos da linguagem, quando listamos apenas uns quinze (como faz Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*)? (Austin *apud* Penco, 2006, p.153)

perguntas e exclamações, e sentenças que expressam ordens, desejo ou concessões (Austin, 1990, p.21)

Para Austin (1990) usar a linguagem é realizar uma ação. A partir da análise da teoria dos jogos de linguagem, que salienta a importância das condições de uso da linguagem, exposta por Wittgenstein (2008), que também, sob este aspecto, pode ser considerado um dos iniciadores da pragmática (Dascal, 2006, p. 51), Austin (1990) conclui que determinadas sentenças são, na verdade, ações. Toda ação que é realizada através do dizer é chamada de ato de fala.

Criticando a posição de vários linguistas e filósofos que davam grande importância à função descritiva da linguagem, sendo, portanto sujeita às condições de verdade e verificabilidade, Austin distingue os usos das sentenças em “constatativos” e “performativos”, conforme descrevam fatos ou realizem (*to perform*) algo<sup>5</sup>. São exemplos de “constatativos” os usos da linguagem que tenham como objetivo descrever ou relatar estados de coisas como: “João está brincando no quintal” (Marcondes, 2005, p.17). Já os “performativos” devem atender a determinadas condições, como: não descrever, relatar ou constatar; não ser “verdadeiro” ou “falso”; ser, no todo ou em parte, a realização de uma ação (Austin, 1990, p. 24). Austin, ao exemplificar os performativos, demonstra que ao proferir as sentenças não se está descrevendo o ato e sim o realizando.

Exemplos:

“Aceito, esta mulher como minha legítima esposa” – do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia de casamento<sup>6</sup>.

“Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth” – quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio.

“Lego a meu irmão este relógio” – tal como ocorre em um testamento.

“Aposto cem cruzados como vai chover amanhã.” (Austin, 1990, p. 24)

Como dito, os performativos por expressarem ações não se sujeitam aos critérios de “verdade” e “falsidade”, contudo, como toda ação, podem ser bem ou mal-sucedidas, ao que Austin chamará de “condições de felicidade” em sua II Conferência (Austin, 1990, p.29).

<sup>5</sup> Austin logo percebeu que a dicotomia constatativos e performativos era inadequada, uma vez que o constatativo tem também uma dimensão performativa, assim como os performativos têm uma dimensão constatativa (Austin, 1990, p. 122). Neste sentido, ver Marcondes (2005, p.18).

<sup>6</sup> Austin percebeu que a expressão “aceito”, não é usada na cerimônia do casamento tarde demais para corrigir este erro. Considerando o erro como filosoficamente irrelevante o editor (J. O. Urmson) preferiu mantê-lo no texto.

Além do proferimento das palavras chamadas performativas, muitas outras coisas em geral têm que ocorrer de modo adequado para podermos dizer que realizamos, com êxito, a nossa ação. Quais são essas coisas esperamos descobrir pela observação e classificação dos tipos de caso em que algo “sai errado” e nos quais o ato – isto é, casar, apostar, fazer um legado, batizar, etc. – redunde, pelo o menos em parte, em fracassar. Em tais casos não devemos dizer de modo geral que o proferimento seja falso, mas malogrado. Por esta razão chamamos a doutrina das “coisas que podem ser ou resultar malogradas”, por ocasião de tal proferimento, de doutrina das “infelicidades” (Austin, 1990, p. 30).

Assim, para que um ato de fala performativo possa se constituir em uma ação “feliz” ele deve satisfazer a algumas condições, que podem ser agrupadas em dois tipos, às que se referem às convenções (as enunciações devem responder a determinadas convenções ou serão nulas. Exemplo: um casamento realizado perante o capitão do navio e não perante a um padre não é válido) e às que dizem respeito à intenção (as enunciações devem ser sinceras e exprimir a reta intenção ou configurarão um “abuso”) (Penco, 2006, p. 156). Como se pode inferir, não respeitar as convenções é mais grave do que ser “insincero”, ou seja, praticar um ato de fala contrário à intenção. Embora os dois determinem que o performativo seja malogrado, no caso de desrespeitar-se uma convenção, como se casando perante o capitão do navio, o ato de “casar” é nulo ou sem efeito. Já o casamento realizado em atenção às convenções, mas sem a intenção de realizar o ato, como no caso de coação de um dos nubentes, o ato de “casar” será concretizado, não será nulo, ainda que possa ser desfeito em momento posterior em razão da coação. Como só se desfaz o que foi consumado, conclui-se que o desrespeito a uma convenção determina a não produção de efeitos do ato, sendo mais grave, enquanto o desrespeito à intenção, não impede a efetivação do ato, mesmo que depois este possa ser desfeito (Austin, 1990, p. 32).

Após distinguir os proferimentos performativos dos constatativos e concluir que os atos performativos possuem uma dimensão constatativa e vice e versa, pode-se falar então que usar a linguagem é uma ação que contém elementos constatativos e performativos, devendo a teoria do ato de fala performativo ser estendida para toda a linguagem, como uma teoria geral da ação (Austin, 1990, p.122), em que o “ato de fala” é a unidade básica de significação (Marcondes, 2005, p. 18). Os atos de fala têm diferentes dimensões, podendo os atos serem locucionários (ato “de” dizer algo), ilocucionários, que são o núcleo dos atos de

fala e tem como aspecto a força ilocucionária, consistente no uso performativo propriamente dito (que realiza uma ação ao ser dito) e perlocucionário (em que há intenção de provocar nos ouvintes certos efeitos). Nem todos os atos de fala possuem as três dimensões, isso porque depende da força ilocucionária que está ligada às interações sociais que se estabelecem entre os sujeitos falantes, que podem ser de cooperação, de determinação, de autoridade e etc.

Em geral, o ato locucionário como o ato ilocucionário é apenas uma abstração: todo ato lingüístico genuíno é ambas as coisas de uma só vez (Austin, 1990, p.121).

O efeito equivale a tornar compreensível o significado e a força da locução. Assim, a realização de um ato ilocucionário envolve assegurar sua apreensão. O ato ilocucionário “tem efeito” de certas maneiras, o que se distingue de produzir conseqüências no sentido de provocar estado de coisas de maneira “normal”, isto é, mudanças de no curso normal dos acontecimentos (Austin, 1990).

O ato locucionário ou locutório para Austin é definido fundamentalmente pelos aspectos fonéticos, sintáticos e semânticos. Já os atos ilocucionários, tidos como centrais na teoria dos atos de fala, serão caracterizados pelas forças ilocucionárias que consistem no performativo propriamente dito. Quando digo “Aposto cem cruzados que vai chover amanhã”, não estou descrevendo algo, nem declarando uma intenção e sim realizando uma ação: a aposta. Portanto, “apostar” é um performativo e, quando profiro a sentença, a força do meu ato é a da aposta. O estudo das classes de “força ilocucionária” é o tema da última Conferência de *Quando dizer é fazer*.

Deixando de lado a idéia de elaborar uma lista de verbos performativos explícitos, Austin reconhece que sua teoria precisa é de uma lista das forças ilocucionárias de um proferimento (Austin, 1990, p.123), o que ele faz determinando cinco classes de proferimentos em função de sua força ilocucionária.

Os primeiros, veriditivos, caracterizam-se por dar um veredicto, como o nome sugere, por um corpo de jurados, por um árbitro, ou por um desempatador. (...) Constituem essencialmente o estabelecimento de algo – fato ou valor – a respeito do qual, por diferentes razões, é difícil estar seguro. Os segundos, os exercitivos, consistem no exercício de poderes, direitos ou influências. Por exemplo: designar, votar, ordenar, instar, aconselhar, avisar e etc. Os terceiros, os comissivos, caracterizam-se por prometer ou de alguma forma assumir algo, comprometem a pessoa a fazer algo, incluem também declarações ou anúncios de

intenção, que não constituem promessa (...) Os quartos, comportamentais, constituem um grupo muito heterogêneo, e têm a ver com atitudes e comportamento social. Exemplos são: pedir desculpas, felicitar, elogiar, dar os pesamos, maldizer e desafiar. Os quintos, os expositivos, são difíceis de definir. Eles esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou conversa (...). Exemplos são: “contesto”, “argumento”, “concedo”, “exemplifico”, “suponho”, “postulo” (Austin, 1990. p. 123-124)

No fim de suas conferências, Austin esclarece que apresentou um programa, em que disse o que deve ser feito ao invés de fazê-lo (Austin, 1990, p.132). Tal programa serviu de ponto de partida para outros filósofos, dentre eles John R. Searle, que além de ter desenvolvido uma classificação alternativa de atos ilocucionários, reelaborou o conjunto de componentes da força ilocucionária. Searle ainda definiu os “atos de fala indiretos”, como sendo os que sem pedir diretamente que se realize a ação, os atos lingüísticos indiretos sugerem isto implícita e indiretamente. São exemplos de atos de fala indiretos as perguntas: “Sabe que horas são?”, “Pode passar-me o sal?”. São perguntas que, embora tenham força de uma pergunta, desempenham a função de ordens ou pedidos, não sendo satisfatórias as respostas diretas como “sim” ou “não” (Penco, 2006, p. 160).

Austin (1990, p. 69) esclarece que a linguagem não é clara, o que reforça a necessidade de instrumentos extralingüísticos para conferir sentido ao enunciado:

as formas primitivas ou primárias dos proferimentos conservam, neste sentido, a “ambigüidade”, ou “equivoco”, ou o “caráter vago” da linguagem primitiva. Tais formas não tornam explícita a força exata do proferimento. (...) A linguagem em si, e nos seus estágios, não é precisa, nem explícita, no sentido que demos a esta palavra (Austin, 1990, p. 69).

A contribuição de Austin e de seus sucessores, como Searle, para os estudos da pragmática é inquestionável, vez que o filósofo desenvolveu a partir da teoria do “segundo” Wittgenstein sobre “jogos de linguagem” o importante conceito de “atos de fala” e a classificação da força ilocucionária dos atos performativos, superando então a idéia da linguagem como descrição e afirmando que a linguagem é um meio de agir sobre o ouvinte e sobre o mundo. Desta maneira, enquanto a Lingüística se preocupa em explicar o sistema ou o conhecimento, a Pragmática busca compreender a produção e a interpretação completa dos enunciados, analisando o uso da linguagem em geral (Forin, 2002,



p. 185). Forin diz que “o estudo do uso é absolutamente necessário, pois há palavras e frases cuja interpretação só pode ocorrer na situação concreta da fala.” Este estudo do uso da linguagem e sua estrutura são conhecidos como pragmática (Forin, 2002, p. 167).

Muitas vezes o texto ou o enunciado verbal não é diretamente compreensível através dos métodos clássicos de interpretação, como a busca do significado de cada uma das palavras ou mesmo da relação entre elas, sendo necessária a verificação do contexto e do uso das palavras, como propagava Wittgenstein ao falar dos “jogos de linguagem”. Com Austin, verificou-se ainda que os enunciados têm natureza performativa e que ao falar, o sujeito realiza uma ação. De tudo isso, percebeu-se a importância do desenvolvimento de um método, de uma teoria ou de uma forma de compreensão que não se restringisse ao que é literalmente dito e ao exclusivamente lingüístico. Tornou-se decisiva a inclusão da análise de fatores extralingüísticos que configuram o ato comunicativo (Vidal, 1999, p. 22). Com esta inclusão passou-se a falar de uma perspectiva pragmática, cujo objeto de estudo ainda é controverso na doutrina.

Koch (2008, p.30) para explicar que o sentido de um texto não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação recorre à “metáfora do *iceberg*”:

como este, todo texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. Para se chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz-se necessário o recurso aos vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais (Koch, 2008, p.30).

Dascal (2006) busca uma definição para a pragmática, bem como as diferenças desta para a semântica. Todavia, embora com o reconhecimento das distinções, reconhece e afirma a existência de uma relação de interdependência entre a pragmática e a semântica<sup>7</sup>. Para o Autor, a pragmática possui um “domínio, específico e bem definido, de objetos a serem investigados: as intenções comunicativas” (2006, p. 44 ).

---

<sup>7</sup> Austin já tratava desta diferença, ao mencionar que os atos locucionários são o primeiro degrau de uma ação lingüística, tal como definem os lingüistas e filósofos, possuindo aspectos fonéticos, sintáticos e semânticos (Conferência VIII, 1990, p. 95-94).

Criticando a inclusão de fenômenos diversos e variados no campo da pragmática, Dascal (2006, p.8) busca estabelecer um critério distintivo. Nesse desiderato Carnap *apud* Dascal (2006, p.29) estabelece um modelo residual, nomeado por Dascal, para a definição do domínio da pragmática, dizendo que enquanto a semântica e a sintaxe são disciplinas teóricas, a pragmática é “tão somente uma disciplina empírica”, que não possui método próprio e faz uso, em vez disso, “dos resultados de diferentes ramos da ciência (principalmente da ciência social, mas também da física, da biologia e da psicologia)”. Para ele a pragmática é uma disciplina que lida com os fenômenos lingüísticos com que as outras disciplinas lingüísticas (principalmente a semântica) não têm obrigação de lidar.

Uma vez encontradas as características sintáticas de uma linguagem através da pragmática, podemos desviar nossa atenção dos usuários da língua e voltarmos os nossos olhos para as características semânticas e sintáticas. (Canarp *apud* Dascal, 2006, p. 29)

Dascal (2006, p. 30) rejeitando este modelo, por ele mesmo nomeado como residual, vez que a pragmática é definida como tudo o que não é tratado pela semântica e pela sintaxe, busca o desenvolvimento de uma teoria mais sólida do objeto e dos métodos da pragmática, que não se confunda com objetos de outras disciplinas, especialmente, a semântica e a sintaxe. Nesta busca, utiliza como ponto de partida, “os resíduos de outras teorias” (Dascal, 2006, p. 31).

Segundo Dascal (2006, p.31), toda teoria pragmática do século XX é uma tentativa de reciclar o “rico material que Frege descartou em sua cesta de lixo”<sup>8</sup>. Frege *apud* Dascal (2006, p. 31) diz que a semântica está interessada exclusivamente nos aspectos do significado relativos à verdade das sentenças. Assim, um enunciado tem sentido porque expressa uma proposição que pode ser avaliada como sendo verdadeira ou falsa. Para ele existem aspectos do “significado” que, não sendo relevantes para a verdade de um enunciado, não são de interesse da teoria semântica. São três tipos de sentença que contêm fenômenos do significado que Frege considera irrelevantes para a preocupação semântica com a verdade:

---

<sup>8</sup> O nome é dado por Bar-Hillel (1971) – “a cesta de lixo de Frege”.

- (a) sentenças que não levantam a questão da verdade (ordens, pedidos, promessas e etc.);
- (b) sentenças que exprimem mais que “pensamentos” (sentenças cuja finalidade é excitar os sentimentos ou a imaginação do ouvinte, assim como insinuações e expectativas);
- (c) sentenças que não são suficientes por si só, para expressar um “pensamento” (demonstrativos, pronomes, advérbios de tempo e etc.).

Com o tempo, cada um destes aspectos do significado foi objeto paradigmático da pragmática, sendo que cada uma destas escolhas pressupõe um modelo residual de definição, pois caracteriza a pragmática como a que estuda aspectos do significado que estão fora do domínio da semântica. E, em cada uma destas escolhas, utiliza-se de seu próprio critério “positivo”, segundo o qual se define um fenômeno como pragmático (Dascal, 2006, p.31).

Todavia, todos os critérios cogitados, são dados como insuficientes para estabelecer-se um conjunto coerente de aspectos que possam ser distintos de uma teoria semântica, isso porque mesmo a teoria semântica necessita de aspectos contextuais sem que isso a torne pragmática<sup>9</sup>. Para fins do que se pretende demonstrar nesta dissertação, o objeto da pragmática será o definido por Marcelo Dascal, com referência às teorias de P. Grice, conforme se elucidará adiante.

## 2.5

### A Teoria Pragmática de Grice e a definição do objeto da pragmática

O filósofo Paul Grice (1913-1988) introduziu com a publicação “Logic and Conversation” (1975) uma das obras de maior impacto na teoria lingüística. Sua primeira colocação refere-se à incompatibilidade do significado dos termos lógicos da lógica formal e a linguagem cotidiana<sup>10</sup>. Segundo o filósofo, os

<sup>9</sup> A informação contextual é necessária para interpretar as expressões dêiticas (“aqui”, “hoje”, “ela” e etc. e demais pronomes pessoais, pronomes demonstrativos e advérbios) utilizadas pelo falante e, na verdade, fazem parte da interpretação semântica da elocução. (Dascal, 2006, p.31).

Wittgenstein diferencia os usos descritivos e os usos normativos da linguagem.

<sup>10</sup> It is a commonplace of philosophical logic that there are, or appear to be, divergences in meaning between, on the one hand, at least some of what I shall call the formal devices -  $\sim$ ,  $\wedge$ ,  $\vee$ ,  $\supset$ ,  $(\forall x)$ ,  $(\exists x)$ ,  $(! x)$  (when these are given a standard two-valued interpretation) - and, on the other, what are taken to be their analogues or counterparts in natural language-such expressions as *not*, *and*, *or*, *if*, *all*, *some* (or *at least one*), *the*. Some logicians may at some time have wanted to

dispositivos formais, dentro de uma interpretação padrão, diferem-se de seus análogos na linguagem natural. Distinguindo entre a visão formal e a informal, Grice, sem tomar partido de nenhuma delas, defende que os dispositivos lógicos formais são favoráveis ao tratamento sistemático da ciência, mas as divergências entre estes dispositivos e seus equivalentes na linguagem natural, não podem servir para deduzir-se que a linguagem natural é imperfeita, longe de uma linguagem ideal e com implicações metafísicas. Aliás, segundo Grice a suposição comum de que as divergências existem é um erro comum, que decorre da desatenção à natureza e às condições de conversação (Grice, 1989, p.22-24). O que Grice defende é que o uso da linguagem, na conversação, possui suas especificidades<sup>11</sup> tendo uma lógica diferente, não podendo, desta forma, dizer que a linguagem é imperfeita porque incompatível com a lógica formal.

Nas conversas comuns, “Ele sentou E me contou que era republicano” implica que ele executou as ações naquela ordem, e não simplesmente que ele fez as duas coisas (o significado lógico de e). “A bolsa OU a vida” implica que você pode ficar com a bolsa ou com a vida, mas não os dois, enquanto “ou”, em termos estritos, é compatível com a veracidade das duas afirmações. E “Um cavalo é um cavalo” é logicamente circular e, portanto, não devia ter significado nenhum, no entanto as pessoas usam este tipo de tautologia com um objetivo definido, como observar que a maioria dos cavalos possui características cavалares estereotípicas (Pinker, 2008, p.428).

Como se pode observar dos exemplos acima, de fato ocorrem divergências entre a linguagem natural e os dispositivos da lógica formal, tornando imprescindível a sistematização de um teoria que seja específica para a conversação.

A primeira “noção” trazida por Grice em seu ensaio é a de “implicaturas”. Supondo que “A” e “B” estão falando sobre um amigo comum, “C”, que agora está trabalhando em um banco. “A” pergunta a “B” como “C” está indo em seu trabalho, e “B” responde: “Oh bem, eu acho, ele gosta de seus colegas, e não foi preso ainda”. Pode-se muito bem saber o que “B” estava implicando, estava sugerindo, ou até mesmo o que significa dizer que “C” ainda não tinha sido preso.

---

claim that there are in fact no such divergences; but such claims, -if made at all, have been somewhat rashly made, and those suspected of making them have been subjected to some pretty rough handling. (Grice, 1989, p.22)

<sup>11</sup> Pinker (2008, p.429) diz tratar-se de uma “racionalidade específica”, enraizada na necessidade de os parceiros da conversação cooperarem entre si para transmitir sua mensagem.

A resposta pode ser qualquer uma dessas coisas como: o “C” é o tipo de pessoa que cede à tentação por sua profissão (é corrompível), que os colegas “C” são pessoas muito desagradáveis, e assim por diante. Pode, é claro, ser completamente desnecessário fazer um inquérito a “B”, pois a resposta é, no contexto, clara, antecipadamente. É claro também que tudo o que implicava “B”, neste exemplo, é diferente do que disse “B”, que era simplesmente que “C” não tinha sido preso ainda (Grice, 1989, p.24)<sup>12</sup>. Em outras palavras, embora literalmente, “B” apenas tenha respondido ao questionamento de “A” sobre como “C” estava indo no trabalho com a seguinte sentença: “ele gosta dos seus colegas, e não foi preso ainda”, provavelmente sua intenção ao dizer isso, não corresponde à literalidade da sentença, isso porque, racionalmente, a sentença não é coerente, o que leva “B” a compreender um sentido diferente do texto que foi dito, como que “C” é corrupto ou que as pessoas que trabalham com “C” são desagradáveis.

Com o exemplo acima Grice introduz a noção de implicaturas, ou seja, implicatura não é o que se diz e sim, o que se dá a entender na conversação, são inferências que se extraem dos enunciados. As implicaturas podem ser convencionais, quando estão relacionadas ao significado convencional das palavras ou conversacionais, quando relacionadas a características gerais do discurso, contexto e intenções do falante (Grice, 1989, p. 25-26).

É às implicaturas conversacionais que Grice dedica seu ensaio. Na enumeração das características discursivas, que racionalmente explicam a compreensão entre os sujeitos do discurso e, especialmente, a compreensão do “significado do falante”, é que Grice elabora a teoria das máximas conversacionais e desenvolve o princípio cooperativo, pontos chave de sua teoria.

O princípio cooperativo, é um princípio normativo<sup>13</sup> a que todo falante deve atentar-se. Para Grice, ele está subtendido em cada conversa e é formulado da seguinte forma : “faça sua contribuição conversacional tal como é exigido, pela intenção comum, no momento em que ocorre”<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Frege distingue claramente entre aquilo que um falante diz e aquilo que dá a entender, por exemplo, mediante a escolha do vocabulário. O que Grice faz é desenvolver a teoria fregeana (Penco, 2006, p.168).

<sup>13</sup> Pode-se ler o princípio cooperativo como princípio descritivo: a conversa é uma ação coletiva que funciona de um certo modo e obedecendo a certas regras. (Penco, 2006, p. 169)

<sup>14</sup> No original: Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged. One might label this the Cooperative Principle.

Trata-se o princípio da cooperação de um pressuposto, vez que aparentes violações ao princípio devem ser sempre interpretadas de modo a salvar o máximo possível a racionalidade do falante, segundo um princípio básico ideado por Quine e desenvolvido por Davidson: princípio da caridade ou benevolência. De acordo com este princípio, deve-se interpretar a proposição do próprio interlocutor de modo a maximizar-lhe a racionalidade ou a sensatez. Assume-se com isso que o locutor seja racional. Toda expressão de aparente irracionalidade deve – antes de se declarar sem mais nem menos que o interlocutor está louco (coisa que pode sempre acontecer) – ser interpretada à luz da contribuição que a proposição pode dar à conversa. (Penco, 2008, p.169).

Se por exemplo o falante dissesse que na geladeira estão quatro elefantes cor de laranja e que se quisermos fará um suco com eles, eu poderia ser levado a crer que o falante desconhece o sentido de “elefante” ou então está usando a palavra em tom de brincadeira, e quer simplesmente falar de laranjas. Somente desse modo posso interpretar o seu comportamento lingüístico como racional e visando um fim. É um modo para usar uma evidência empírica, não semântica, com o intuito de testar a minha teoria da interpretação. (Penco 2008, p. 214)<sup>15</sup>

Interessante observar que, enquanto o princípio da cooperação dirige-se ao falante, que deve “dar sua contribuição conversacional (...)”, o princípio da caridade, como desenvolvido por Davidson, dirige-se ao ouvinte, que deve ao interpretar um enunciado “maximizar a racionalidade das proposições do falante”. Dentro de uma perspectiva dialógica, o próprio princípio da caridade estaria inserido na idéia do princípio cooperativo. Considerando então tratar-se o princípio da cooperação de um pressuposto, Grice apresenta, segundo as categorias Kantianas, algumas máximas e submáximas de conversação, que são como “regras” que, se violadas, causam as “implicaturas”. Não é por acaso que suas quatro máximas são de quantidade, qualidade, relação e modo. Estas máximas são mandamentos que as pessoas seguem tacitamente ou deviam seguir para fazer a conversa fluir com eficiência e ser bem-sucedida:

---

<sup>15</sup> A mesma racionalidade permite a compreensão da ambigüidade da estrutura “smoking volcanoes can be dangerous”. No português: “fumar vulcões pode ser perigoso” ou “vulcões fumegantes podem ser perigosos” (Geitman, Reisberg e Gross, 2007).

- 1 – Quantidade: não diga nada mais, nem nada menos do que a conversa exige;
- 2 – Qualidade: não diga o que você acha ser falso ou aquilo de que não tenha provas;
- 3 – Relação: seja relevante, pertinente<sup>16</sup>;
- 4 – Modo: seja lúcido. Evite obscuridade e ambigüidades. Seja breve e ordenado.

Para Grice é razoável pensar que os locutores se comportem de acordo com estas máximas naturalmente, já que supõe que os interlocutores estão engajados na interação comunicativa. É muito mais fácil, por exemplo, dizer a verdade, do que inventar mentiras. Um exemplo<sup>17</sup> disso é uma piada que foi escolhida a mais engraçada do mundo num experimento multinacional feito pela internet em 2002. Dois caçadores estão no meio da floresta quando um deles desmaia e pára de respirar. O outro liga para o número de emergência pelo celular e grita: “Meu amigo morreu! O que faço?”. O atendente diz: “Calma, posso ajudar. Primeiro vamos ter certeza de que ele morreu mesmo”. Há um silêncio, depois um tiro, e o caçador diz: “Pronto, e agora?”<sup>18</sup>. Dois milhões de pessoas deram risada porque o caçador não aplicou as máximas de Grice ao interpretar o termo ambíguo “vamos ter certeza”.

No entanto, Grice, ao estabelecer a conexão entre o princípio da cooperação e máximas, por um lado, e implicatura conversacional, por outro, diz que um participante pode não cumprir uma máxima de várias formas. Será por meio de violações das máximas, que o participante irá desfrutar delas, “dando a entender algo”, a que Grice denominará de implicaturas conversacionais.

Num artigo intitulado “A linguagem da diplomacia”, Michael Langan, ex-funcionário do Tesouro norte-americano, ilustra bem o “desfrute” das implicaturas conversacionais:

---

<sup>16</sup> Grice esclarece, em “Lógica e Conversação”, que embora a máxima da relação seja concisa, sua formulação esconde uma série de problemas como: perguntas sobre os diversos tipos de relevância, a mudança de curso de uma conversa e etc.. Por entender que as questões são excessivamente difíceis, ele não trata delas neste ensaio. (1989)

<sup>17</sup> Este exemplo é usado por Pinker (2008, p.430).

<sup>18</sup> <[www.laughlab.co.uk/](http://www.laughlab.co.uk/)>

Em determinado ponto de minha carreira no governo federal, escrevi uma explicação sobre uma questão complicada, explicação que considerei estar bem clara e convincente. A autoridade do governo a quem eu me reportava a leu com cuidado, ruminando e ajustando os óculos. Então olhou para mim e disse: “Não está nada bom. Consigo entender tudo. Leve de volta e dê uma embaralhada. Quero que a declaração possa ser interpretada de duas ou três maneiras”. A ambigüidade resultante permitiu que houvesse concessões entre interesses governamentais concorrentes entre si. (Pinker, 2008, p.450)

Grice (1989, p.32) oferece alguns exemplos de violações. No primeiro, há a aparência de que uma máxima foi violada (1: “Estou sem gasolina”. 2: “Há uma garagem na esquina” – A reação de “2” parece violar a máxima da relação, a menos que se pense que na garagem tem gasolina para vender), no segundo exemplo, há conflito entre ao menos, duas máximas (1: ‘C’ “mora onde”? 2: “Em algum lugar no sul da França.” – a resposta viola a máxima da quantidade, entendendo que “1” quer saber a cidade onde ‘C’ mora; mas também pode pensar-se que “2” não poderia agir de outro modo, para não violar a máxima da qualidade, de não dizer aquilo de que não tenha provas adequadas, para o caso de não ter certeza da cidade em que “C” mora). Há ainda os exemplos nos quais Grice se detém mais longamente, em que uma máxima é desrespeitada intencionalmente, com a finalidade de obter uma implicatura conversacional, através de uma figura de linguagem como hipérbole, ironia, metáfora, etc. (Grice, 1989, p.34-35).

Grice termina seu ensaio, diferenciando as implicaturas conversacionais particularizadas, das implicaturas conversacionais generalizadas (Grice, 1989, p.37-40). A principal característica de uma implicatura conversacional é que aquilo que se dá a entender fica implícito. O Autor, nos exemplos mencionados anteriormente, fala em implicaturas conversacionais particularizadas, por tratar-se de situações especiais, de contextos particulares. Contrariamente, as implicaturas conversacionais generalizadas, não dependem do contexto e ocorrem quando o uso de uma expressão, na ausência de circunstâncias especiais, pode veicular certa implicação. São exemplos de implicaturas conversacionais generalizadas: “‘X’ tem um encontro com uma mulher nesta noite”, implica que a mulher não é sua mãe, sua irmã ou sua esposa; “‘X’ entrou em uma casa ontem e encontrou uma tartaruga lá dentro”, implica que não se trata da casa de ‘X’ e o ouvinte se surpreenderia se fosse dito que se trata da própria casa de ‘X’. Grice, entretanto, propõe algumas características gerais que servem a todas as implicaturas



conversacionais, que seriam as implicaturas conversacionais generalizadas, nas quais o uso de uma expressão de certa forma, pode veicular, via de regra, certa implicação. São estas características,(1) a possibilidade de cancelar uma implicatura explicitamente (como no exemplo acima em que o ouvinte é surpreendido pela informação de que a casa é de “X”); (2) o fato da implicatura conversacional estar mais ligada ao conteúdo da conversa do que à forma, por isso não se pode substituir alguns termos pelos seus sinônimos e; (3) a calculabilidade das implicaturas, já que os participantes reconstroem racionalmente o diálogo, efetuando um cálculo entendido como uma série de inferências (Penco, 2006, p. 175).

Retomando o objetivo elucidado no final do subtítulo 2.4, de estabelecer um critério distintivo entre semântica e pragmática, usando Grice, Dascal (2006, p.33) indica a necessidade de um princípio que possa diferenciar claramente a semântica da pragmática. Este princípio é o da “intencionalidade”. O “princípio da intencionalidade” decorre do fato de que para Grice o significado distingue-se entre significado “natural” e significado “não natural”, sendo a diferença consequência do elemento de intencionalidade existente nos significados não-naturais, incorporado lexicalmente ou circunstancialmente (Grice, 1989, p. 215).

Grice acrescenta ainda que os significados “não-naturais” são de três tipos:

(a) o significado de uma sentença ou parte dela; (b) o significado de uma elocução; (c) o significado que um falante pretende transmitir ou sua intenção comunicativa (o significado do falante). (Grice, 1989, p.222)

Importante considerar que, para Grice, o terceiro é o mais básico, sendo decorrentes dele os dois primeiros. Por esta razão Grice se esforçou para fazer uma definição precisa do “significado do falante”. Com base nisso, Dascal (2006, p. 33) diz que:

a tarefa da pragmática é o estudo do uso dos meios lingüísticos (ou outros) por meio dos quais um falante transmite as suas intenções comunicativas e um ouvinte as reconhece. O objeto da pragmática, portanto, é o conjunto de dispositivos semióticos direta e especialmente relacionados à transmissão dos significados do falante.

Reforçando a idéia de complementaridade entre semântica e pragmática, Dascal (2006) ressalta que o contexto possui funções diferentes – uma semântica e uma pragmática – que não devem ser confundidas.

A informação contextual, sem a qual uma sentença não expressa condições de verdade ou proposições, é indispensável para a semântica realizar a sua tarefa. A pragmática, na base de outros tipos de informação contextual, está encarregada de verificar se a proposição expressa pela elocução corresponde de fato à intenção comunicativa do falante.

A tarefa mais importante da semântica é descrever significados habituais, estudando as regras semânticas que definem o seu uso. Já a pragmática, dentre outros fatores, analisa o que o falante expressa de fato, por meio de uma elocução, obedecendo ou violando regras. Assim, a pragmática deve levar em conta mais do que foi “explicitamente dito”, para saber se o que foi dito corresponde à intenção do falante (Dascal, 2006, p. 36).

Não se pode perder de vista, todavia, dois pontos fundamentais: (1) a análise pragmática ou interpretação pragmática acontecerá em toda elocução, mesmo quando houver convergência entre o significado das palavras e a intenção do falante, justamente para determinar que tal convergência efetivamente ocorreu; (2) nem tudo que é implícito é objeto da pragmática, é o caso das implicaturas convencionais, dos dêiticos e das pressuposições (Ex. “João chegou tarde”, pressupõe semanticamente que João chegou) que estão sujeitos à interpretação semântica, que no caso poderá ou deverá levar em consideração o contexto.